



**MEIO AMBIENTE, ECONOMIA, CONTROLE  
DE IRREGULARIDADES E POLÍTICA:  
AS NOTÍCIAS SOBRE A AMAZÔNIA  
DURANTE OS PLEITOS PRESIDENCIAIS**

**ENVIRONMENT, ECONOMY, CONTROL OF IRREGULARITIES  
AND POLITICS: THE NEWS ABOUT THE AMAZON DURING  
THE PRESIDENTIAL ELECTIONS**

# MEIO AMBIENTE, ECONOMIA, CONTROLE DE IRREGULARIDADES E POLÍTICA: AS NOTÍCIAS SOBRE A AMAZÔNIA DURANTE OS PLEITOS PRESIDENCIAIS

## ENVIRONMENT, ECONOMY, CONTROL OF IRREGULARITIES AND POLITICS: THE NEWS ABOUT THE AMAZON DURING THE PRESIDENTIAL ELECTIONS

Ana Kátia de Araújo Santiago<sup>1</sup> | Antonio Pedroso<sup>2</sup>

Recebimento: 31/08/2024

Aceite: 09/04/2025

<sup>1</sup> Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT).

Palmas – TO, Brasil.

E-mail: anakatiasantiago@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (UFSCAR).

Professor da Universidade Federal de Tocantins.

Palmas – TO, Brasil.

E-mail: ajpedrosoneto@uol.com.br

### RESUMO

Este trabalho se ocupou em analisar como o jornalismo brasileiro utilizou-se de dados numéricos para noticiar a Amazônia durante quatro pleitos presidenciais. Teve como objeto empírico as notícias publicadas nos veículos Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo nos anos 2010, 2014, 2018 e 2022. A análise de conteúdo foi mobilizada para avaliar as notícias, seus dados e suas fontes. Os resultados, em séries históricas comparativas, mostraram que o cenário político, representado pelo mandatário do poder e os principais candidatos do pleito, exerceu influência na presença da pauta sobre a Amazônia e no uso diversificado dos temas, dados e fontes. Apesar dessa diversificação, os dados que abordam diferentes temas ambientais foram os que apresentaram maior destaque, e a mudança de relevância entre um pleito e outro demonstrou a importância destes temas na disputa entre o campo do jornalismo e o político.

**Palavras-chave:** Amazônia. Jornalismo. Política. Notícia. Dados. Fontes.

### ABSTRACT

This paper analyzed how Brazilian journalism used numerical data to report on the Amazon during four presidential elections. Its empirical object was news published in the Folha de S. Paulo and Estado de S. Paulo newspapers in 2010, 2014, 2018 and 2022. Content analysis was used to evaluate the news, its data and its sources. The results, in comparative historical series, showed that the political scenario, represented by the incumbent and the main candidates in the election, had an influence on the presence of the agenda on the Amazon and the diversified use of themes, data and sources. Despite this diversification, the data dealing with environmental issues was the most prominent and the change in relevance between one election and another demonstrated the importance of these issues in the dispute between the journalistic and political fields.

**Keywords:** Amazonia. Journalism. Politics. News. Data. Sources

## INTRODUÇÃO

Os números fazem parte da ciência, da rotina das organizações e da vida cotidiana. Quando são empiricamente observados, tornam-se dados. A produção de dados pode ser realizada pelo governo, universidades, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e veículos de imprensa.

Com a digitalização, a velocidade de distribuição de informações tornou-se mais intensa e a transação de dados fez com que estes ficassem mais acessíveis para o público (Knight, 2015). O governo ajustou-se a essa realidade através da edição da Lei de Transparência (Lei complementar 131/2009), da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto 8.777/2016).

A disponibilização de dados sobre a Amazônia está no rol das informações publicadas pelo governo. O Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), autarquia vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, faz estimativas de taxas de desflorestamento da Amazônia Legal através dos sistemas de monitoramento via satélite da região. As universidades federais, ainda que com grande autonomia, fazem parte do Ministério da Educação e produzem pesquisas sobre a Amazônia. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquias do Ministério do Meio Ambiente, apresentam os dados de fiscalizações e outras informações relativas as suas atividades.

A sociedade civil organizada também produz dados sobre a Amazônia. De acordo com Buclet (2002), as organizações não governamentais (ONGs) de pesquisa, embora algumas tenham participações de universidades ou instituições públicas na composição do seu quadro, captam recursos de forma independente do governo para produzirem estudos científicos sobre a região.

Além de haver diferentes fontes de dados sobre a Amazônia, é inegável que nos últimos vinte anos, ela é um fenômeno de confluência de vários processos e mudanças, complementares e contraditórios, de ordem regional, nacional e mundial; climáticas, desenvolvimento econômico, inovações tecnológicas, diversidade sociocultural e ambiental, etc. Ou seja, a Amazônia viabiliza estudar a questão fundamental da pesquisa, e os achados da pesquisa nos permitem expor em que medida e por quais motivos os processos e mudanças amazônicos ganham maior ou menor força nos meios de comunicação.



Embora as mudanças e processos amazônicos sejam importantes e conquanto haja uma oferta de dados por parte do governo e da sociedade, isso não significa que haja uso automático dessas informações e a tematização dos processos e mudanças pelo jornalismo. É justamente isso que esta pesquisa procurou verificar, orientada pela ideia de que os usos e tematizações se devem à relação do campo do jornalismo com o da política (Bourdieu, 1997; Champagne, 1996).

Para tanto, foi preciso observar quando e como a Amazônia se tornou pauta no noticiário uma vez que o interesse do jornalismo para determinados assuntos passa pelos critérios de noticiabilidade estabelecidos pelos jornalistas e pelas editorias. Tem-se que os critérios de noticiabilidade são “todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção de notícia” (Silva, 2005, p. 98).

Após a definição das pautas, o jornalismo procura fontes que possam fornecer informações que esclareçam, complementem ou facilitem o entendimento do fato noticiado e, ainda, que possam fornecer e promover o ineditismo das notícias ou sua credibilidade. Assim, igualmente, é preciso observar quais, como e quando as fontes de dados foram ou não utilizadas, incorporadas, pelo jornalismo quando tratou da Amazônia.

O campo do jornalismo interage com outros campos como o político, o econômico e o cultural, e cada um tem suas regras e suas lutas próprias (Bourdieu, 1997). No campo político, durante os pleitos, as disputas se intensificam, podendo reforçar as lutas com outros campos. Esses embates são observados, sentidos e noticiados pelo jornalismo sem que se possa separar o jornalismo como reportador de fatos do jornalismo como agente do campo político, ao contrário, exerce as duas funções (Bourdieu, 1997; Champagne, 1996).

Então, no campo político, como em qualquer outro campo social, há duas lutas: uma interna, na qual os agentes do campo realizam disputas entre si por busca de melhores espaços de dominação; outra externa, no qual os agentes disputam relações de poder com agentes do campo do jornalismo (Bourdieu, 1997; Champagne, 1996).

As disputas pelo domínio da informação colocam de um lado os agentes do campo político que, em muitos casos, são fontes de informação e detentores de fontes e, de outro, os agentes do campo do jornalismo que buscam a exclusividade para garantir furos de reportagem.



Com isso, indagou-se se os pleitos eleitorais influenciaram nas decisões de pautas e no uso de dados sobre a Amazônia nas notícias publicadas durante os anos de eleições presidenciais. O objetivo desta pesquisa foi identificar a relação entre o interesse pela pauta e pelos dados sobre a Amazônia conforme a composição dos pleitos de cada ano, bem como as escolhas dos tipos de dados utilizados e suas respectivas fontes.

Enfim, dadas as relações estreitas e intensas, tensas e complementares entre o campo do jornalismo e o campo político, partiu-se da hipótese de que a pauta e o uso de dados pelo jornalismo possuem relação com o cenário político vigente, tendo sua ampliação ou redução influenciadas pela configuração de agentes políticos nas disputas.

As disputas entre o campo do jornalismo e o campo político são mais visíveis nos momentos de eleições, especialmente nos pleitos mais importantes como os federais. Assim, esta pesquisa analisou as notícias sobre a Amazônia nos anos de eleições presidenciais de 2010, 2014, 2018 e 2022 em dois veículos da imprensa brasileira: Folha de S. Paulo (doravante, Folha) e Estado de S. Paulo (Estadão), ambos on-line. Foi realizada análise de conteúdo – notícias, uso de dados, tema dos dados e fontes – de 452 reportagens; 217 na Folha e 235 no Estadão, nos cadernos que se ocupam das notícias sobre meio ambiente, economia e política.

Os pleitos para presidente no Brasil acontecem a cada quatro anos<sup>1</sup>. No recorte da pesquisa, a votação no primeiro turno ocorreu no primeiro domingo de outubro<sup>2</sup>. Como nenhum dos candidatos alcançou a maioria dos votos válidos, condição para a vitória em um só turno, houve segundo turno em todos os anos no último domingo de outubro com os dois candidatos com melhor classificação<sup>3</sup>.

Os atores mais importantes de cada pleito foram: em 2010, Lula<sup>4</sup> era o presidente, não foi candidato e Dilma foi eleita, na disputa com Serra<sup>5</sup>; em 2014, Dilma era a presidente e candidata e foi reeleita, na

---

1 Os pleitos são regidos pela Lei 9.504/97 (Brasil, 1997).

2 Datas das eleições no primeiro turno: 03/10/2010, 05/10/2014, 07/10/2018 e 02/10/2022.

3 Datas das eleições no segundo turno: 31/10/2010, 26/10/2014, 28/10/2018 e 30/10/2022.

4 Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2010, foi o último ano no seu segundo mandato.

5 Dilma Vana Rousseff (PT) foi eleita com 56,05% dos votos válidos em 2010, numa disputa no segundo turno contra José Serra, do Partido da Social Democracia (PSDB). No primeiro turno, os candidatos que alcançaram acima de 10% dos votos válidos foram Dilma, 46,91%, José Serra, 32,61% e Marina Silva, do Partido Verde (PV), 19,33%.

disputa com Aécio<sup>6</sup>; em 2018, Temer era o presidente, não foi candidato e Bolsonaro<sup>7</sup> foi eleito, na disputa com Haddad<sup>8</sup>; e, em 2022, Bolsonaro era o presidente, foi candidato, mas Lula<sup>9</sup> foi eleito.

A imprensa pautou a Amazônia em todos esses cenários políticos. Por isso, a relevância desta pesquisa. A apresentação de uma série histórica revelou através de quais assuntos a Amazônia foi apresentada pela imprensa. A exposição desses temas nestes períodos pode ter repercutido, em maior ou menor intensidade, no debate público nacional e internacional, em possíveis formações de agendas de políticas públicas, na exposição dos problemas socioeconômicos e ambientais da região. Além disso, a verificação das fontes utilizadas pela imprensa abre um caminho para analisar como a produção de dados realizada pela sociedade passou a ter notoriedade pela imprensa nacional.

Esta pesquisa está dividida em quatro seções: a primeira, a seguir, apresenta um quadro teórico sobre o campo do jornalismo e o campo político; a segunda, o caminho metodológico; a terceira, os resultados, análises e discussões apresentam as notícias e os dados sobre a Amazônia em relação ao pleito, os temas que os dados se referiam e quem eram as fontes dos dados. A última seção traz algumas considerações finais.

## AS RELAÇÕES ENTRE O CAMPO DO JORNALISMO E O CAMPO POLÍTICO

Essa seção apresenta algumas características do campo do jornalismo, como se dá a produção das notícias e a escolha das fontes, bem como as características do campo político e a relação que este estabelece com o jornalismo.

Bourdieu (1997) estudou o campo do jornalismo e apresentou algumas de suas características: a disputa dos jornalistas pela notícia exclusiva, as censuras invisíveis que atuam a partir da concorrência pela audiência, a autoridade no campo conquistada pela ampliação do mercado ou audiência e pelo capital

---

6 Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos válidos em 2014, numa disputa no segundo turno contra Aécio Neves (PSDB). No primeiro turno, os candidatos que alcançaram acima de 10% dos votos válidos foram Dilma, 41,59%, Aécio Neves, 33,55% e Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), 21,32%.

7 Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), venceu o segundo turno com 55,13% contra Fernando Haddad (PT). No primeiro turno, os candidatos com percentual acima de 10% foram: Bolsonaro, 46,03%, Haddad, 29,28% e Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), 12,47%.

8 Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), vice-presidente, assumiu a presidência em 2016 devido ao impeachment da Dilma.

9 Lula venceu o segundo turno contra Bolsonaro com 50,90%. No primeiro turno, só dois candidatos tiveram percentual acima de 10%: Lula, 48,43%, e Bolsonaro, 43,20%.



simbólico, a tendência à uniformização das notícias devido à circulação circular da notícia, o poder de consagração de agentes de outros campos devido à capacidade dos veículos de produzir e difundir informações e o poder que exerce sobre os meios de produção.

Bourdieu não desenvolveu o tema das fontes, mas elas são agentes importantes no campo do jornalismo. Jornais produzem reportagens a partir de acontecimentos. Para Hall *et al.* (1999), a seleção dos acontecimentos que serão noticiados se dá por três aspectos: quando são categorizadas em assuntos, pelos valores-notícias que possuem e no contexto social no qual a notícia está inserida. Os valores-notícia, para esses autores, correspondem ao nível de interesse que aquele fato pode trazer ao público.

Conforme Hall *et al.* (1999), os jornalistas, em razão da rotina do trabalho e da busca por fontes dignas de crédito, têm as fontes institucionais como seus definidores primários. Os autores explicam que, quando alguns acontecimentos ainda não possuem consenso, eles são tratados na relação entre os “*media*” e os definidores primários institucionais, e isso tende a estabelecer a interpretação que norteará as futuras ações. Tem-se, dessa forma, que durante a produção da notícia, os “*media*” tendem a subordinar-se aos definidores primários institucionais. Assim, percebe-se que quem define a realidade constrói a imagem que será partilhada pela sociedade promovendo uma relação de poder com essa. E, em grande medida, a ideologia hegemônica pode ter sua permanência assegurada pela forma como ela é retratada pelos “*media*”.

Ao mesmo tempo que há reconhecimento dos achados de Hall *et al.* (1999), há algumas críticas especialmente relacionadas à ênfase na força um tanto unilateral dos definidores primários. As fontes, segundo Schlesinger (1992), podem atuar na produção das notícias estabelecendo uma relação entre os veículos de imprensa e o exercício do poder político e ideológico. Para esse autor, os estudos de Hall não levaram em consideração várias situações presentes no cotidiano das notícias: disputas internas sobre quem é a fonte oficial; a tentativa de essas fontes conduzirem a história a partir da sua versão; os limites de acesso entre as fontes, as mudanças que podem ocorrer na estrutura de acesso às fontes em razão, por exemplo, de troca de governo com ideologia diferente; autonomia das instituições midiáticas para desafiar o sistema político que detenha o poder

institucional; manutenção de uma definição unidirecional da notícia e uma agenda que obedece a um roteiro. Nesse caso, a linguagem com a qual a notícia é construída adequa-se ao consenso e ao debate. O resultado é um fechamento ideológico. Por fim, há a falta de observação quanto às dinâmicas de exclusão e de concorrência das fontes.

Enfim, as fontes “são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos” (Schimitz, 2011, p.9). Há, de acordo com Rocha e Santos (2018), Hall *et al.* (1999) e Schlesinger (1992), uma relação de dependência entre os veículos e suas fontes. Witsen (2018) vai um pouco além e diz que, em termos de dados numéricos, algumas redações têm uma dependência maior de fontes oficiais.

Além das fontes, outro elemento importante no campo do jornalismo são os dados, sejam eles trazidos por fontes ou disponibilizados em documentos. Os dados estatísticos são produzidos pelo governo, universidades e sociedade civil organizada. Desrosières (2014) aponta distinção entre a produção de dados pelo poder hegemônico e a produção por aqueles que não detêm poder. No primeiro caso, reforça o poder, no segundo serve de crítica social. É importante reafirmar que o autor preconiza a ideia da não existência de números que não possam ser contestados.

O uso de números interessa tanto ao jornalismo como ao campo político. Segundo Porter (1995), a objetivação de pessoas e objetos torna-se uma agência de poder tanto de forma ostensiva como de forma oculta. O poder político é o prêmio disputado no campo político, tendo a sua força medida, segundo Bourdieu (1989), pelo reconhecimento do grupo. Bourdieu (1997) destaca que o governo detém o monopólio das informações legítimas devido às fontes oficiais e, em razão disso, ele tenta “manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta obtê-la e assegurar para si a exclusividade” (Bourdieu, 1997, p. 104).

A relação entre os campos do jornalismo e o campo político não é harmônica. Charaudeau (2010) afirma que os jornalistas se utilizam de suas armas para contrapor os políticos e influenciar o debate público, tais como declarações fora do contexto e escolha de títulos e temas desfavoráveis.

A construção da notícia, em alguma medida, é influenciada pela interação dos agentes desses dois campos e é a partir dessas observações que as decisões do caminho metodológico desta pesquisa foram tomadas.



## CAMINHO METODOLÓGICO

Essa seção trata da exposição do objeto empírico, da definição do *corpus* e da forma do tratamento e análise das reportagens recolhidas. O objeto empírico foram as notícias publicadas nos anos dos pleitos eleitorais no site dos jornais Estadão e Folha. As matérias foram acessadas e escolhidas utilizando a busca avançada, digitando-se o termo *Amazônia*. A metodologia utilizada para caracterizar e interpretar as matérias foi a Análise de Conteúdo (AC), de Bardin (2016), que é, grosso modo, um conjunto de procedimentos sistemáticos utilizados para descrever o conteúdo das mensagens e inferir a partir do que os resultados demonstram.

Para Bardin (2016), a AC passa por três etapas: pré-análise, isto é, definição do *corpus*, leitura flutuante; exploração do material, com a referenciação dos documentos, codificação e categorização; e por fim o tratamento, o qual é a enumeração, inferência e interpretação. Durante a pré-análise, foram encontradas 1.232 notícias. Então, realizou-se a leitura flutuante e aplicou-se as regras para definição de *corpus*: notícias escritas em português que possuíam o vocábulo “Amazônia” no título, excluindo duplicidades, erratas, *podcast*, registros audiovisuais sem textos. Restaram 882 reportagens; 469 na Folha e 413 no Estadão.

Os cadernos dos jornais possuem nomenclaturas distintas nos veículos<sup>10</sup>. Então, observou-se as similaridades de conteúdos e foram encontradas 302 reportagens nos cadernos que versam sobre *meio ambiente*, 94 nos que abordam *política*, 56 nos que tratam de *economia*, 53 nos de *esporte*, 52 sobre *cultura*, 31 *opinião* e 30 sobre *ciência*. Foram escolhidos os três com maior quantidade de reportagens: *ambiente*, *economia* e *política*. Na Folha, eles são denominados *Ambiente*, *Mercado* e *Poder*, e no Estadão, *Sustentabilidade*, *Economia* e *Política*. O *corpus* final contém 452 notícias; 217 na Folha e 235 no Estadão<sup>11</sup>.

Na fase de exploração do material, foi realizada a referenciação, isto é, cada reportagem recebeu um código para facilitar a sua identificação. Depois foram criadas as primeiras categorias: veículo, data, caderno, existência ou não de dados numéricos.

Para definir a existência de dados numéricos, considerou-se que dados numéricos são os valores quantitativos descritos no corpo do texto, excluídas as informações que só aparecessem em tabelas ou

10 Estadão: sustentabilidade (133), política (63), economia (39), cultura (29), ciência (9), opinião (17) e esporte (41). Folha: ambiente (169), poder (31), mercado (17), ilustrada (23), ciência (21), opinião (14) e esporte (12).

11 Utilizou-se os dados da pesquisa de Santiago (2024).



gráficos. Não foram considerados como dados: idades, páginas e preço de livros, capacidade de público em ambientes e datas de eventos.

Os dados existentes nas reportagens foram separados em unidades de registro. As unidades de registro para Bardin (2016) são uma parte do conteúdo considerado como unidade-base que servirão para posterior classificação. Nessa pesquisa, as unidades de registros são os trechos que continham números.

Com as unidades de registros identificadas, foi realizada a categorização, isto é, o agrupamento das unidades de registros em categorias. As categorias foram definidas durante o manuseio do material observando-se a ideia central das informações encontradas e agrupando as semelhantes, criando, dessa forma, as categorias. Foi calculada a frequência de cada categoria. Aquelas que ocorreram em menos de 5% das matérias foram reagrupadas em uma categoria específica denominada *assuntos diversos*<sup>12</sup>. Enfim, foram criadas 19 categorias, organizadas em cinco grupos: *ambientais*, *econômicos*, *controle de irregularidades*, *políticos* e *outros dados* – Figura 1.

Figura 1 | Descrição das categorias de dados

AMBIENTAIS	ECONÔMICOS	CONTROLE DE IRREGULARIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aumento do desmatamento (DESMAT AUM):</b> comparativo para maior, informação sobre aumento.</li> <li>• <b>Redução do desmatamento (DESMAT RED):</b> comparativo para menor, informação sobre redução.</li> <li>• <b>Desmatamento diversos (DESMAT DIV):</b> sem número comparativo, comparativo com lugares, custo de monitoramento, transformação em outro bioma.</li> <li>• <b>Degradação (DEGRADAÇÃO):</b> degradação, incapacidade de regeneração, colapso, desaparecimento da floresta, árvores destruídas por vento/tempestade/seca/fogo.</li> <li>• <b>Emissão de CO2 (EMIÇÃO DE CO2):</b> emissão de CO2.</li> <li>• <b>Queimada (QUEIMADA):</b> queimadas.</li> <li>• <b>Clima (CLIMA):</b> mudança climática, nuvem/chuva/ventos, seca, temperatura.</li> <li>• <b>Floresta (FLORESTA):</b> áreas preservadas, áreas de floresta, área de floresta sem destinação, absorção de carbono, biodiversidade, evolução da floresta, preservação, reflorestamento e regeneração, rios e solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Agronegócio-madeira-mineração (AGRO MAD MIN):</b> agronegócio, madeira, mineração.</li> <li>• <b>Infraestrutura (INFRAESTRUTURA):</b> aeroporto, comunicação, energia solar, energia elétrica, estradas, ferrovias, hidrelétrica, hidrovia, subsídios, logística, termelétrica investimentos públicos.</li> <li>• <b>Fundos de investimentos (FUNDOS):</b> investimentos verdes, Fundo Amazônia, fundos diversos.</li> <li>• <b>Fundos de investimentos suspensos (FUNDOS SUSP):</b> Fundo Amazônia suspenso.</li> <li>• <b>Economia amazônica outros (ECON AMAZON):</b> mercado do carbono, exportações, setor serviços, indicadores econômicos, indústria, orçamento municipal, pesca, produto florestal não-madeireiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Fiscalização (FISCALIZAÇÃO):</b> multas, embargos, apreensões, agentes de fiscalização, orçamento da fiscalização, fiscalização ambiental.</li> <li>• <b>Ilegal (LEGAL):</b> posse irregular de terras, fraude na comercialização de terras, madeira/mineração/garimpo ilegal, plantio em área irregular, ilegalidade documental, dinheiro oriundo de paraísos fiscais, grilagem de terras, superfaturamento.</li> </ul>
	POLÍTICOS	OUTROS DADOS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Política (POLÍTICA):</b> Avaliação do governo, eleições, militares no governo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Territoriais (TERRITORIAIS):</b> área de município, bioma, distância.</li> <li>• <b>População (POPULAÇÃO):</b> número de pessoas afetadas, habitantes de região.</li> <li>• <b>Assuntos diversos (DIVERSO):</b> Caso Dom e Bruno, experimentos científicos, questões judiciais, doenças, servidores, pesquisa, etc.</li> </ul>

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Santiago (2024)

12 Conforme um princípio da Análise de correspondências múltiplas aqui usada, as categorias das variáveis devem ocorrer em pelo menos 5% dos indivíduos, aqui matérias.

A categorização das fontes seguiu o mesmo procedimento. Foram identificadas as fontes que forneceram os dados. Fez-se a contagem da frequência de cada fonte, as que apresentavam ocorrência superior a 5% tiveram seus nomes indicados como categorias e as que não atingiram o percentual foram agrupadas, e a categoria criada teve como nomenclatura um termo que melhor as identificasse, conforme a Figura 2.

**Figura 2** | Descrição das categorias de fontes

<b>INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b> Entidades administrativas descentralizadas do governo – autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações –, exceto universidades públicas e o Inpe.	<b>IMAZON</b> IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia): instituição científica não governamental que faz estimativas de taxas de desflorestamento da Amazônia Legal via satélite.
<b>GOVERNO</b> Representantes dos poderes, órgãos públicos, leis, medidas provisórias, portarias.	<b>MAPBIOMAS</b> Mapbiomas: rede de colaboração entre universidades, empresas de tecnologia e ONGs que mapeia os biomas do Brasil.
<b>INPE</b> INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial): autarquia federal que faz estimativas de taxas de desflorestamento da Amazônia Legal, através de sistemas de monitoramento via satélite.	<b>PRODUTORES DE DADOS AMBIENTAIS</b> Diversas instituições não governamentais que produzem dados ambientais.
<b>UNIVERSIDADES BRASILEIRAS</b> Artigos científicos produzidos por pesquisadores de universidades brasileiras.	<b>PRODUTORES DE DIVERSOS TIPOS DE DADOS</b> Diversas instituições não governamentais que produzem dados, exceto dados ambientais.
<b>UNIVERSIDADES INTERNACIONAIS</b> Artigos científicos produzidos por pesquisadores de universidades estrangeiras.	<b>OUTRAS FONTES</b> Empresas, jornais, ONGs, pessoas que fornecem dados sem um estudo metodológico.
<b>DADOS SEM FONTES</b> Fonte dos dados não divulgada na matéria.	

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Santiago (2024)

Alguns esclarecimentos. A existência da categoria *dados sem fonte* acontece, porque em algumas reportagens os dados são exibidos sem a indicação da fonte. Institutos como INPE, Imazon, Mapbiomas produzem informações ambientais via satélite e compõem categorias exclusivas por serem muito recorrentes. A seguir, os resultados serão apresentados juntamente com as discussões.

## UMA VISÃO GERAL: DINÂMICA RELACIONADA AOS PLEITOS

De início, num sobrevoo geral, vamos apresentar a frequência de matérias e de uso de dados nas matérias por pleito. Esclarecemos que cada ano eleitoral será indicado pela palavra pleito acrescida do presidente em exercício e do vencedor das eleições: pleito Lula/Dilma (2010), pleito Dilma/Dilma (2014), pleito Temer/Bolsonaro (2018) e pleito Bolsonaro/Lula (2022).

As 452 matérias que compõem o *corpus* não estão distribuídas uniformemente nos pleitos pesquisados, tampouco o uso de dados é uniforme. No ano de 2010, pleito Lula/Dilma, foram encontradas

102 notícias (22,57% do *corpus*) e em 81,37% delas houve utilização de dados. Em 2014, pleito Dilma/Dilma, havia 62 reportagens (13,72% do *corpus*), destas, 91,94% utilizaram dados. Em 2018, pleito Temer/Bolsonaro, apenas 36 notícias foram encontradas (7,96% do *corpus*), destas, 88,89% utilizaram dados. Por fim, durante 2022, pleito Bolsonaro/Lula, houve 252 reportagens (55,75% do *corpus*), destas, 76,89% usaram dados.

Tomando como marco inicial o pleito Lula/Dilma, observou-se que houve uma redução do interesse da pauta sobre a Amazônia no pleito seguinte, Dilma/Dilma, embora a temática ainda estivesse relevante. O desinteresse foi maior no pleito Temer/Bolsonaro, o de menor volume de reportagens. No pleito Bolsonaro/Lula, o tema foi bastante explorado, seu volume de reportagens supera o somatório dos pleitos anteriores. Percebeu-se que a pauta não foi contínua nos veículos e o interesse pelo assunto se moldou conforme a composição dos candidatos nos pleitos.

Quanto aos números, não houve o aumento do uso de dados pleito a pleito e a variação no uso não acompanhou o aumento ou diminuição do volume total de reportagens. O pleito com o maior percentual de reportagens que fizeram uso de dados foi o Dilma/Dilma. Embora o pleito Bolsonaro/Lula tenha sido de maior volume de notícias, foi o de menor percentual de reportagens com utilização de dados.

Para as análises mais específicas, foram construídos gráficos que serão analisados nas quatro subseções seguintes. Eles mostram a frequência do total geral de notícias e do total de notícias por mês e por pleito, as categorias dos dados em cada pleito e, por último, a frequência das categorias das fontes.

a. Os pleitos, a pauta e os dados

Essa subseção apresenta variação da frequência do total geral de reportagens e do total de reportagens que utilizaram dados por mês e por pleito. Considerou-se como período eleitoral o segundo semestre, porque foi nele que ocorreram as campanhas eleitorais - em agosto e setembro para o primeiro turno e em outubro para o segundo - e as votações - primeiro e último domingo de outubro, respectivamente<sup>13</sup>. O gráfico 1 mostra o número total de reportagens nos meses de cada pleito e a quantidade de reportagens que usaram dados.

13 A cada ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabelece o calendário eleitoral. A escolha dos candidatos ocorreu de 10 a 30/06 nos anos de 2010 e 2014 e de 20/07 a 05/08 nos anos de 2018 e 2022. A propaganda eleitoral que antecede o primeiro turno foi 17/08 a 30/09/2010, 19/08 a 02/10/2014, 31/08 a 04/10/2018 e 26/08 a 29/09/2022. O primeiro turno das eleições ocorreu respectivamente em 03/10/2010, 05/10/2014, 07/10/2018 e 02/10/2022. A propaganda no segundo turno, de 05 a 28/10/2010, 11 a 24/10/2014, 12 a 26/10/2018 e 07 a 28/10/2022. A votação no segundo turno foi de 31/10/2010, 26/10/2014, 28/10/2018 e 30/10/2022.

**Gráfico 1** | Total geral de reportagens e total de reportagens com dados, por mês e por pleito



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de Santiago (2024)

A distribuição do total de reportagens não foi uniforme nos pleitos. No pleito Lula/Dilma, iniciou-se em janeiro com 1,96%, fez um movimento de ascensão em fevereiro (4,90%) e março (12,75%), ficou oscilando entre redução, aumento e redução nos meses de abril (6,86%), maio (12,75%) e junho (6,86%), subiu em julho (10,78%) sem atingir os patamares do primeiro semestre, teve um leve declínio em agosto (9,80%) que perdurou até setembro (6,86%), subindo em outubro (10,78%) e caindo em novembro (9,8%) e dezembro (5,88%). Embora o maior percentual de reportagens tenha ocorrido no primeiro semestre, nos meses de março e maio, houve, no segundo semestre, um fluxo de reportagens em torno do período eleitoral, com queda entre o primeiro (agosto e setembro) e aumento no segundo turno (outubro).

No pleito de Dilma/Dilma, o assunto em janeiro iniciou-se com 3,51%, aumentou em fevereiro (8,06%), em percentual maior que no pleito anterior, continuou subindo em março (10,53%), fez o mesmo movimento de oscilação que no pleito anterior nos meses de abril (3,51%), maio (12,75%) e junho (6,86%). Entretanto, a queda se estendeu também até o mês julho (3,23%). No segundo semestre, durante o período eleitoral, a pauta entrou em ascensão em agosto (6,45%), setembro (9,68%), outubro (14,04%), teve seu ápice em novembro (24,19%) e reduziu em dezembro (6,45%). A configuração no pleito Dilma/Dilma difere do pleito anterior, pois é mais concentrada no período eleitoral, trazendo como ponto central o mês de novembro, quando já se tem o resultado das eleições.

As observações do pleito Temer/Bolsonaro indicaram que janeiro esteve com 5,56% das reportagens, ao contrário dos outros pleitos. Houve queda no mês de fevereiro (2,78%), subindo posteriormente em março (5,56%) e abril (8,33%). Também difere dos outros pleitos o período de oscilação entre redução, aumento e redução, pois nesse, a queda ocorreu em maio (2,78%), o aumento em junho (5,56%) e a queda em julho (2,78%). A maior diferença está no crescimento no mês de agosto (22,22%), que para este pleito foi o maior percentual de reportagens. Nos pleitos anteriores, o mês de agosto esteve em

queda ou a diferença percentual não foi tão acentuada. Além disso, houve a inexistência de reportagens em setembro durante o primeiro turno. As reportagens voltam aos jornais nos meses seguintes em tendência de crescimento: outubro (13,89%), novembro (13,89%) e dezembro (16,67%). A distribuição de reportagens no pleito Temer/Bolsonaro foi atípica, sendo direcionada principalmente para o período eleitoral, com foco no mês que antecede o primeiro turno, agosto, e um crescente durante e após o segundo turno (outubro a dezembro). Nos outros pleitos, o mês de dezembro representou baixo interesse, neste a pauta ainda estava em alta.

No pleito Bolsonaro/Lula, a pauta iniciou-se com 2,38% em janeiro, repetiu a tendência dos dois primeiros pleitos, o aumento no mês de fevereiro (7,73%), entretanto, apresentou baixa nos meses de março (7,54%) e abril (4,76%). Terminou o primeiro semestre em ascensão nos meses de maio (5,16%) e junho (17,06%), sendo o mês de junho o que atingiu o maior percentual de reportagens. Queda abrupta em julho (9,13%). Com a aproximação das eleições, subiu em agosto (11,9%) e setembro (14,95%). No mês do segundo turno, ao contrário de todos os outros pleitos, houve redução em outubro (6,75%). A oscilação entre crescimento e redução ocorreu nos meses de novembro (13,10%) e dezembro (3,61%), repetindo a movimentação ocorrida no pleito Dilma/Dilma. Enfim, houve influência do período eleitoral na frequência da pauta sobre a Amazônia no pleito Bolsonaro/Lula, em especial no primeiro turno.

Notou-se que os meses de maior percentual de reportagens não estiveram alinhados com o período eleitoral nos pleitos Lula/Dilma e Bolsonaro/Lula. Durante o pleito Dilma/Dilma, ocorreu imediatamente após a votação do segundo turno, no mês de novembro. No decurso do pleito Temer/Bolsonaro, ocorreu no mês em que se deu a pré-campanha, agosto. O período eleitoral – entre agosto e dezembro – de cada pleito, em síntese, concentrou os seguintes percentuais de total de reportagens: 43,12%, 60,81%, 66,67% e 50,31%. Dessa forma, compreendeu-se que a configuração do pleito e o desenrolar das eleições impulsionaram a escolha da pauta nos três últimos pleitos, diferenciando apenas os meses em que ela esteve com maior relevância.

Com relação às reportagens que fizeram uso de dados, a dinâmica nos meses também tem comportamentos distintos. No pleito Lula/Dilma, iniciou-se com 2,41% em janeiro e seguiu em aumento nos meses de fevereiro (6,02%) e março (10,84%). O movimento de redução, aumento



e redução que ocorreu em abril (7,23%), março (13,15%) e junho (4,82%) posicionou o mês de março como o que mais se apropriou de dados para falar sobre a Amazônia. No segundo semestre, houve alta em julho (10,84%) e queda nos meses eleitorais de agosto (9,64%), setembro (8,43%), outubro (8,43%). O aumento do uso de dados ocorreu em novembro (12,05%), quando já se tinha o resultado das eleições. Esse aumento não prosseguiu em dezembro (6,02%). Enfim, a busca por dados para falar sobre a Amazônia no pleito Lula/Dilma esteve fora do período eleitoral.

No pleito Dilma/Dilma, o percentual de reportagens com uso de dados iniciou-se em janeiro com 3,51%, e passou por crescimento nos meses de fevereiro (8,77%) e março (10,53%). Como no pleito anterior, caiu em abril (3,51%), subiu em maio (7,02%) e caiu em junho (1,75%). Um adendo é que, embora tenha ocorrido o aumento em maio, ele não foi tão expressivo quanto no pleito Lula/Dilma. Outro adendo é que, ao contrário do pleito anterior, a busca por dados manteve em julho (1,75%) o mesmo patamar de junho. No pleito anterior, este mês foi de ascensão. Os meses que concentram o período eleitoral tiveram aumentos sucessivos na busca por dados, iniciando-se em agosto (7,02%), passando por setembro (10,53%), outubro (14,04%) e atingindo o seu ápice em novembro (26,32%), o mês de maior percentual de dados durante todo o pleito. A redução em dezembro (5,26%) foi abrupta. Conclui-se que no pleito Dilma/Dilma houve uma relação direta entre a busca por dados e o período eleitoral.

O uso de dados no pleito Temer/Bolsonaro iniciou-se com 6,25% em janeiro e, ao contrário dos outros pleitos, caiu em fevereiro (3,13%), subiu em março (6,25%) e manteve esse percentual em abril (6,25%). Nos três meses seguintes, oscilou entre queda, aumento e queda: maio (3,13%), junho (6,25%) e julho (3,13%). Um aumento exponencial ocorreu no mês de agosto (25,00%), o que diferencia este mês de todos os pleitos anteriores. Em setembro, não houve reportagens. Com a retomada da pauta no segundo turno, retomou-se também o uso de dados. Em outubro, ressurgiu com 12,5%, continuou crescendo em novembro (15,63%) e voltou ao patamar de outubro em dezembro (12,5%). Por fim, durante o período eleitoral, os jornais buscaram mais dados que no primeiro semestre. Houve um movimento por uso de dados pontual no mês de agosto e constante e elevado de outubro a dezembro.



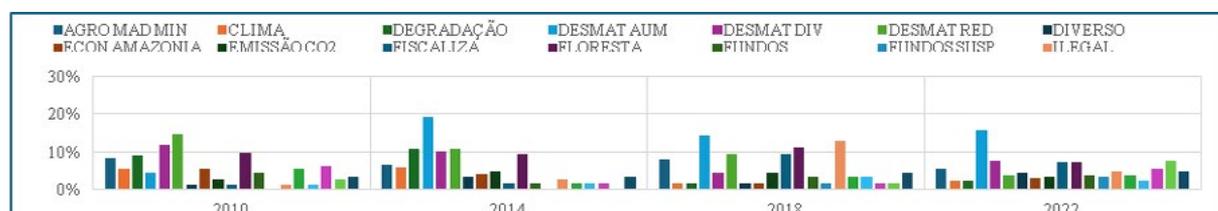
No pleito Bolsonaro/Lula, o percentual de reportagens que usaram dados iniciou-se com 2,06% em janeiro, repetiu a dinâmica dos dois primeiros pleitos, com o aumento em fevereiro (7,73%) e março (8,76%) e a redução em abril (5,15%). Depois, ele se movimentou como no pleito Temer/Bolsonaro, reduzindo em maio (5,67%) e aumentando em junho (10,82%). O segundo semestre iniciou-se com a queda em julho (8,76%), repetindo o movimento dos dois pleitos anteriores. Registrou o aumento em agosto (11,86%) e setembro (14,95%), mostrando conexão com o primeiro turno. A busca por dados reduziu em outubro (7,22%), aumentou em novembro (13,40%) e caiu em dezembro (3,61%). Conclui-se que neste pleito, a imprensa concentrou o uso dos dados no período eleitoral, em especial no período do primeiro turno e após as eleições.

Em síntese, o primeiro pleito não seguiu o calendário do período eleitoral, os demais, sim. A relação com a política pode ser percebida observando o ano todo, do início sem muitas disputas, controvérsias, tensões e ao fim, com muitos dados nas campanhas, nos momentos de votação e imediatamente após as votações.

b. A escolha dos dados: revelações sobre pleitos

A observação das categorias de dados no tempo permitiu verificar como se deu a movimentação de informações sobre meio ambiente, economia, controle de irregularidades, política e outros dados nos pleitos. As categorias de dados, ou seja, os temas a que os dados se referem, são observadas nesta subseção. O Gráfico 2 apresenta como essas categorias foram exploradas pelos jornais pleito a pleito.

**Gráfico 2** | Frequência das categorias de dados pleito a pleito



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de Santiago (2024)

Cada ano apresentou configurações distintas. Então, decidiu-se analisar as categorias que estão no terceiro quartil, em termos de percentual de recorrência, por representarem a maioria das categorias que foram observadas em cada pleito.

No decurso do pleito Lula/Dilma, o terceiro quartil correspondeu ao percentual de frequência a partir de 8,28%. As principais categorias de dados utilizadas foram sobre: *redução do desmatamento* (14,48%), *desmatamento diverso* (11,72%), *floresta* (9,66%), *degradação* (8,97%) e *agronegócio-madeira-mineração* (8,28%), correspondendo a 53,11% do total de dados.

Alguns temas específicos sobre o meio ambiente dominaram o noticiário. A categoria mais relevante foi *redução de desmatamento*, isto é, informações que apresentaram o percentual indicativo da redução do desmatamento ou trouxeram comparativos entre dados de desmatamento, e nessa comparação foi sinalizada a redução da área desmatada. Além da redução, outros assuntos ligados ao desmatamento estiveram em destaque e foram categorizados como *desmatamento diverso*. Essa é uma categoria residual que comporta, por exemplo, as informações sobre o desmatamento e nas quais não está explícito se houve aumento ou redução da área desmatada, havia apenas o número sobre a situação atual ou o comparativo do tamanho da área desmatada com alguma localidade conhecida, como campo de futebol, tamanho de algum município etc. Outras informações sobre meio ambiente foram destaques. Os dados sobre a *floresta* informaram as espécies de fauna e flora, seus rios e reservas. Embora os números de desmatamento apresentados fossem de redução, houve informações sobre a *degradação* da floresta, isto é, quando determinada área florestal perdeu a sua capacidade de regeneração. A única categoria fora do grupo ambiental presente na hierarquia dos dados foi a *agronegócio-madeira-mineração*, que apresentou os números da economia desses empreendimentos. Importante sinalizar que nesses números, foram considerados apenas os que não indicavam explicitamente o resultado de negócios ilegais, como contrabando de madeira, plantio em área de reservas etc.

Ao longo do pleito Dilma/Dilma, o terceiro quartil correspondeu ao percentual de frequência a partir de 9,24%. A principal categoria de dados foi o *aumento do desmatamento* (19,33%), que não estava na hierarquia anterior, mas entrou e saltou para primeiro lugar de modo expressivo.



A categoria *redução do desmatamento* (10,92%) diminuiu o percentual de recorrência e caiu para segundo lugar. Mudança também na terceira posição, a *degradação* (10,92%) aumentou um pouco a ocorrência e galgou a terceira posição. No pleito anterior, ela estava em quarto. *Desmatamento diverso* (10,08%) manteve o percentual, mas caiu para quarto lugar. A *floresta* (9,24%) manteve praticamente o percentual de ocorrência anterior, mas caiu para quinto lugar. Por fim, *desmatamento diverso* e *agronegócio-madeira-mineração* perderam espaço, não estando mais entre os 60,49% das categorias de dados mais frequentes.

As informações sobre o meio ambiente dominaram o noticiário novamente, mas a abordagem mudou. Agora, o dado mais relevante foi *aumento do desmatamento*, isto é, informações que apresentaram o percentual indicativo de aumento do desmatamento ou trouxeram comparativos entre dados de desmatamento, e nessa comparação foi sinalizado o aumento da área desmatada. Continuou presente, em menor escala, *redução do desmatamento*. As informações sobre aumento de desmatamento são negativas para o governo e as de degradação também. Nesse pleito, entre as três categorias mais presentes, duas são informações negativas para o governo, *aumento do desmatamento* e a *degradação*. Observou-se que o desmatamento concentrou a pauta em seus três aspectos: aumento, redução e assuntos diversos relacionados a ele. A biodiversidade da floresta manteve sua relevância. Com isso, destaca-se que, nesse pleito, as informações ambientais que indicaram problemas ambientais estiveram em maior evidência.

No decorrer do pleito Temer/Bolsonaro, o terceiro quartil correspondeu ao percentual de frequência a partir de 9,52%. A hierarquia das principais categorias de dados (57,14%) mudou novamente. O *aumento do desmatamento* (14,29%) diminuiu o percentual, mas manteve a primeira posição. A categoria *ilegal* (12,70%) apareceu pela primeira vez na hierarquia e ocupou o segundo lugar. A *floresta* (11,11%) aumentou o percentual e subiu da quarta para a terceira posição. Outra categoria que estreou na hierarquia foi a *fiscalização* (9,52%), na quarta posição. A *redução do desmatamento* (9,52%) diminuiu o percentual e caiu para a quinta posição. Por fim, *degradação* e *desmatamento diverso* diminuíram o percentual e saíram do rol dos assuntos mais tratados (57,14%).

Dois grupos de categorias relacionados ao meio ambiente e ao controle de irregularidades dominaram o noticiário: o ambiental (*aumento do desmatamento, floresta e redução do desmatamento*) e o controle de irregularidades (*ilegal e fiscalização*). *Aumento do desmatamento* ainda é o principal tema do noticiário. A novidade deste pleito foi o aumento exponencial de dados sobre as atividades *ilegais* existentes na região. Esses dados mostram, por exemplo, os superfaturamentos, a venda de madeira cortada ilegalmente, a produção do agronegócio, garimpo ou mineração em áreas proibidas ou realizados sem autorização. A biodiversidade de floresta continuou com a sua relevância. Os dados sobre *fiscalização* correspondem às operações ambientais realizadas pelos órgãos de controle ambiental, seja o Ibama ou ICMBio, apresentadas através das apreensões, multas ou quantitativo de operações. *Redução do desmatamento* tem reduzido sua participação no noticiário a cada pleito, embora ainda figure na lista dos mais relevantes.

Durante o pleito Bolsonaro/Lula, o terceiro quartil correspondeu ao percentual de frequência a partir de 7,51%. Houve nova mudança na hierarquia dos principais temas dos dados (46,26%). *Aumento do desmatamento* (15,74%) majorou o percentual e manteve a primeira posição. Pela terceira vez consecutiva, uma posição de destaque. *Desmatamento diverso* (7,75%) voltou para a hierarquia e já em segundo lugar. *Queimadas* (7,75%) entrou pela primeira vez na hierarquia, em terceiro lugar. *Fiscalização* (7,51%) reduziu o percentual, mas manteve o quarto lugar. *Floresta* (7,51%) reduziu o percentual e caiu da terceira para a quinta posição. Por fim, *ilegal e redução do desmatamento* saíram da hierarquia dos principais (46,26%).

O aumento do desmatamento teve quase o dobro de recorrência em relação à categoria que ocupou a segunda colocação, situação parecida com o que ocorreu no pleito Dilma/Dilma, no qual a distância entre o primeiro e o segundo foi de aproximadamente nove pontos percentuais. As informações sobre desmatamento sem comparativos retornaram. Destaque para os números sobre queimadas. É a primeira vez que estão na hierarquia desde o primeiro pleito. As informações sobre as operações de fiscalização e diversidade das florestas continuam presentes, mas em menor escala.

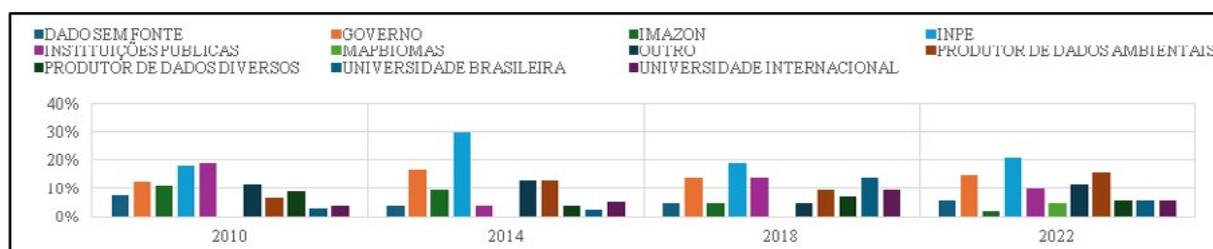
Em resumo, os temas ambientais foram os mais relevantes nas notícias. Durante o pleito Lula/Dilma, a redução do desmatamento foi mais frequente e destacou-se a presença de números

que refletiram sobre a economia na hierarquia dos dados. Isso não se manteve nos outros pleitos. A partir do pleito Dilma/Dilma, o aumento do desmatamento concentrou as maiores atenções, e os dados econômicos perderam relevância. A diversidade da floresta foi o único tema que esteve presente em todos os pleitos. Observou-se que nos pleitos Dilma/Dilma e Bolsonaro/Lula, o aumento do desmatamento destacou-se em maior intensidade no noticiário. No pleito Temer/Bolsonaro, dois novos temas apresentaram-se: fiscalização e ilegalidades. No pleito Bolsonaro/Lula, ao contrário dos outros, no recorte destacado não há informações sobre a redução do desmatamento, mas é a primeira vez que as queimadas aparecem. Em todos os pleitos, as únicas categorias relativas ao meio ambiente que não tiveram percentual de ocorrência para estar nos quartis analisados foram a emissão de CO<sub>2</sub>, que tratou dos números das emissões de carbono, e o clima, que apresentou os números sobre as mudanças climáticas, os eventos de chuva, seca e aumento de temperatura.

c. Jornalismo e política: a dinâmica das fontes

A observação de quem fornece os dados para a imprensa permitiu verificar a dependência das fontes governamentais e da participação de dados oriundos da sociedade. Essa subseção examinou as categorias de fontes de dados, ou seja, quem revelou os dados para a imprensa. O Gráfico 3 apresenta quem e o quanto forneceu dados para a imprensa, pleito a pleito.

**Gráfico 3** | Frequência das categorias de fontes de dados, pleito a pleito



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de Santiago (2024)

Cada pleito apresentou configurações distintas quanto à frequência das categorias de fontes de dados. Então, decidiu-se analisar a hierarquia das principais, isto é, das fontes que tiveram percentual de frequência a partir do terceiro quartil; por representarem as categorias com mais frequência de fontes observadas em cada pleito.

No decurso do pleito Lula/Dilma, o terceiro quartil foi de frequência a partir de 12,50%. A hierarquia das principais fontes (49,11%) foi a seguinte: *instituições públicas* (18,75%), *INPE* (17,86%) e *governo* (12,50%). Com isso, verificou-se um privilégio aos agentes governamentais, porque a categoria *instituições públicas* representou os dados fornecidos pela administração indireta do governo; a *INPE* foi o Instituto de Pesquisas Espaciais, uma autarquia federal que fornece as informações sobre o mapeamento via satélite da região, e a categoria *governo*, foram as informações repassadas por ministros, servidores públicos.

Ao longo do pleito Dilma/Dilma, o terceiro quartil correspondeu à frequência de 12,85%. A hierarquia das principais fontes (71,8%) mudou. Agora a categoria *INPE* (29,49%) assumiu a primeira posição, *governo* (12,50%) ampliou o percentual e saiu da terceira para segunda. *Produtores de dados ambientais* (12,82%) e *outras fontes* (12,82%) surgiram na hierarquia. Com esse novo panorama, a categoria *instituições públicas* saiu da hierarquia. Nesse pleito houve duas situações distintas. Os agentes governamentais continuaram como principais fornecedores de dados, tendo como portavozes as categorias *INPE* e *governo*, que somaram 41,99%. E agentes da sociedade emergiram, tendo como categorias os *produtores de dados ambientais*, que são instituições não governamentais que se ocupam da produção de dados sobre o meio ambiente, além de *outras fontes*, que é um grupo residual que agrupa empresas, jornais, ONGs ou pessoas que fornecem dados sem um estudo metodológico. Por vezes, são números referentes a seus relatórios financeiros ou contábeis. Essas duas categorias que representam fonte fora do governo somaram 24,64% da hierarquia.

No decorrer do pleito Temer/Bolsonaro o terceiro quartil foi de frequência a partir de 13,95% e na hierarquia das principais fontes (60,45%). Embora tenha caído percentualmente, a categoria *INPE* (18,6%) continuou como principal fonte. *Governo* (13,95%) também caiu, mas se manteve na posição. A categoria *instituições públicas* (13,95%) retornou e a categoria *universidades brasileiras* (13,95%) emergiu pela primeira vez. Perderam espaço e saíram da hierarquia as categorias *outras fontes* e *produtores de dados ambientais*. Nesse pleito, os agentes governamentais assumem o protagonismo com 46,5%, sendo representados pelas categorias *INPE*, *governo* e *instituições públicas*. A ascensão da categoria *universidades brasileiras* apresentou a divulgação de trabalhos realizados por pesquisadores de universidades brasileiras públicas ou privadas.



Durante o pleito Bolsonaro/Lula, o terceiro quartil foi de frequência a partir de 14,67%. A hierarquia das principais fontes (50,90%) demonstrou que a categoria *INPE* (20,66%) ampliou seu percentual e se consolidou na primeira posição, os *produtores de dados ambientais* (15,57%) retornaram e assumiram a segunda posição e a categoria *governo* (14,67%), embora tenha aumentado o percentual, caiu para a terceira posição na hierarquia. O pleito Bolsonaro/Lula foi o único em que todas as categorias de fontes tiveram frequência. Embora os agentes governamentais representem 35,33%, a importância dada à categoria *INPE* a definiu neste ano como principal autoridade dos dados de monitoramento via satélite. A categoria *produtores de dados ambientais* retornou no pleito Bolsonaro/Lula com o percentual superior ao apresentado na hierarquia do pleito Dilma/Dilma, momento em que esteve presente na hierarquia das principais fontes.

Ao observar a dinâmica das fontes, percebeu-se que o jornalismo teve uma predileção pelas fontes oficiais em todos os pleitos. Durante o pleito Lula/Dilma, toda hierarquia foi formada por agentes do governo. A imprensa, embora ainda privilegiasse os agentes governamentais, nos outros pleitos, acionou em maior intensidade as fontes fora do governo. Ao longo do pleito Dilma/Dilma, contou tanto com agentes que produziram dados ambientais com metodologias estabelecidas como agentes que produziram ou apenas informaram dados de diferentes assuntos e que não são oriundos de um estudo sobre determinado assunto. No decorrer pleito Temer/Bolsonaro, as universidades e no decurso do pleito Bolsonaro/Lula, os produtores de dados ambientais.

## CONCLUSÕES

A relação entre o campo do jornalismo e o campo político é permeada de disputas que são explícitas ou implícitas nas decisões editoriais de produção de notícia. Esta pesquisa buscou nas reportagens do Estadão e da Folha verificar como e quando a Amazônia se tornou pauta no noticiário e os dados utilizados e suas fontes durante os pleitos das eleições presidenciais nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2022 para compreender como o campo do jornalismo e o campo político estabeleceram as suas disputadas tomando a Amazônia como tema de referência.



Tomar a Amazônia como ponto de observação desta disputa revelou como esta região foi apresentada para a sociedade nos diferentes pleitos, a movimentação dos temas que emergiram e perderam relevância no noticiário e os processos de mudanças sobre os fornecedores de informações para a composição das notícias.

O problema de pesquisa questionou sobre a possível influência dos pleitos eleitorais nas decisões de pautas e uso de dados sobre a Amazônia nos jornais. Teve como objetivo identificar a relação entre o interesse pela pauta e pelos dados sobre a Amazônia conforme a composição dos pleitos e a escolha dos tipos de dados utilizados e suas respectivas fontes. Tomou-se como hipótese de que a pauta e o uso de dados possuem relação com o cenário político vigente de cada ano, tendo sua ampliação ou redução influenciadas conforme o presidente em exercício ou a composição do pleito.

Para responder esta questão buscou-se compreender a relação e as disputas entre o campo do jornalismo e o do político (Bourdieu, 1997; Champagne, 1996) e a seleção das notícias, sobretudo nos acontecimentos privilegiados no contexto social que eles estavam inseridos e na escolha das fontes (Hall *et al.*, 1999; Shlesinger, 1992).

A observação empírica permitiu acompanhar os acontecimentos escolhidos para serem noticiados, isto é, os que tiveram valores-notícia (Hall *et al.*, 1999), e passaram pelos critérios de noticiabilidade definidos pelos jornalistas e editorias. O *corpus* contou com 452 reportagens dos cadernos que versavam sobre meio ambiente, economia e política dos jornais Folha e do Estadão nos pleitos que tiveram como presidentes em exercício: Lula (2010), Dilma (2014), Temer (2018) e Bolsonaro (2022). E os respectivos vencedores dos processos eleitorais: Dilma (2010), Dilma (2014), Bolsonaro (2018) e Lula (2022).

A metodologia Análise de Conteúdo de Bardin (2016) foi utilizada para análise, exploração e tratamento das notícias e revelaram a dinâmica dos pleitos na escolha das pautas, da procura por dados, do uso dos dados e da escolha das fontes.

Inferiu-se dos resultados que cada pleito se portou de forma distinta e que o tema Amazônia não é um assunto cujo valor-notícia existe por si só. Há um componente da disputa política que faz com que ele tenha relevância no noticiário, e o mandatário do poder político e a configuração do pleito

influenciaram na quantidade de notícias nos anos pesquisados, na presença ou ausência da pauta em torno do primeiro e segundo das eleições e na maior ou menor frequência na utilização de dados.

Meio ambiente, economia, controle de irregularidades, políticos e outros dados foram os grupos que nortearam a investigação das categorias de dados utilizadas. A escolha dos dados revelou os acontecimentos em cada pleito e a relação do campo político com o jornalismo. Os dados mais relevantes nas notícias foram os que trouxeram informações ambientais, sobretudo sobre desmatamento, degradação, queimadas e floresta e pouco espaço para temas como emissão de carbono e mudanças climáticas. O tema desmatamento foi explorado positivamente, quando houve redução das áreas desmatadas, e negativamente, quando houve aumento. Apenas no primeiro pleito a notícia positiva do desmatamento foi o dado mais relevante, a partir do segundo o aumento do desmatamento cresceu exponencialmente.

Foram inconstantes as informações sobre a economia e o controle de irregularidades. Pouco se tratou também dos números relativos à disputa eleitoral em si.

A investigação acerca dos fornecedores de dados mostrou a dependência dos jornais por fontes do governo. São as fontes mais utilizadas. Entretanto há uma crescente busca pela diversificação dessas fontes. A sociedade passou a ser acionada pelos jornais principalmente entre os grupos que produzem estudos sobre dados ambientais.

A relevância dessa pesquisa se confirmou na exposição histórica de como a pauta sobre a Amazônia se estabeleceu nas disputas existentes entre o campo do jornalismo e o campo político, demonstrando como os dados, seus temas e suas fontes movimentaram-se em cada pleito, e destacando que apesar da diversidade de dados, os dados que abordam diferentes temas ambientais foram os que apresentaram maior destaque, e a mudança de relevância entre um pleito e outro demonstraram a importância destas informações no uso da Amazônia para estabelecer a disputa entre o campo do jornalismo e o político.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. 11 mai. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 27 mai. 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 18 out 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCLET, Benjamin. Les expérimentations des ONG en Amazonie: quel pouvoir pour quelle responsabilité ?. **Lusotopie**, n. 9, 2002. Disponível em: [https://www.persee.fr/issue/luso\\_1257-0273\\_2002\\_num\\_9\\_1?sectionId=luso\\_1257-0273\\_2002\\_num\\_9\\_1\\_1487](https://www.persee.fr/issue/luso_1257-0273_2002_num_9_1?sectionId=luso_1257-0273_2002_num_9_1_1487). Acesso em: 8 ago. 2023.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. **Partecipazione e conflitto**, ano 2014, v. 7, ed. 2, p. 348-359, 15 jul. 2014. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14157>. Acesso em: 10 out. 2023.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999, p. 224-248.

KINGHT, Megan. Data journalism in the UK: a preliminary analysis of form and content, **Journal of Media Practice**, 16:1, 55-72, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14682753.2015.1015801>. Acesso em: 10 out. 2023.

PORTER, Theodore M. **Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

SANTIAGO, Ana Kátia de Araújo. **Da ilusória paz à guerra simbólica: o uso dos números para noticiar a Amazônia em anos eleitorais**. Orientador: Antônio José Pedroso Neto. 2024. 215 f. Dissertação (Mestre em Comunicação e Sociedade) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6992>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Combook: Florianópolis, 2011.

SCHLESINGER, Philip. Repensando la sociologia del periodismo estrategias de las fuentes y límites del centralismo em los médios. **Estudios sobre las Culturas Contemporaneas, primavera**, 1992, v. IV, n. 013-014, p. 279-307.



WITSEN, Anthony Van. How journalists establish trust in numbers and statistics: results from an exploratory study. In: Iowa State University Summer Symposium on Science Communication, 2018. **Anais**. Ames: University Library Digital Initiative, 2018. p. 1 - 16.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

